

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO MORAL PARA A PREVENÇÃO DAS SITUAÇÕES DE INCIVILIDADE ENTRE ADOLESCENTES EM SALA DE AULA ON-LINE

FLÁVIA DANIELA BOSI LEAL*
RAPHAEL CAMPAGNARO BAPTISTA DE SOUSA**

RESUMO

O presente texto aborda a importância de se desenvolver projetos de intervenção em ambiente escolar para a formação moral e ética do estudante adolescente, sobretudo quando em ambiente remoto. Destacamos que é papel do professor estimular o aluno adolescente a repensar as atitudes tomadas entre os pares e, também, com professores, tendo em vista as sutilidades que o ensino on-line proporciona. Temos como hipótese que é possível promover a conscientização do estudante a respeito de suas atitudes e estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento moral e intelectual por meio da interação mediada pelo professor, em sala de aula virtual, e destacamos os projetos de desenvolvimento moral como meios para isso. O arcabouço teórico adotado compreende: estudos sobre escola, democracia e construção de personalidades morais de ARAÚJO (2000); Formação Ética de

* Mestranda em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Fundadora da Academia do Aprender (www.academiadoaprender.com.br) e Professora especializada em Metodologias Ativas para a Educação com pós-graduação em andamento pela PUC/MG.
E-mail: flaviabosileal@gmail.com

** Mestrando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) e com formações complementares nas áreas de Ensino e Aprendizagem. Atualmente, é Professor Especialista das disciplinas de Ciências e Biologia na rede particular de São Paulo.
E-mail: profraphaelcampagnaro@gmail.com

LA TAILLE (2009); Temas Transversais de MORENO (1997); O Juízo Moral da Criança de PIAGET (1994); Pensamento e Linguagem de VIGOTSKY (1998); a abordagem sobre o vigiar e o punir de FOUCAULT (2014), dentre outras. Salientamos que esta pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Palavras-chave: Educação; Ensino remoto; Desenvolvimento moral.

INTRODUÇÃO

O ensino on-line não foi pensado, a princípio, para ser desenvolvido com estudantes do ensino fundamental. A modalidade EAD já era comumente utilizada no ensino superior, no entanto, na pandemia, a extensão dessa modalidade para todos os períodos educacionais gerou grandes dificuldades de adaptação.

Alunos que por suas características próprias já têm dificuldades de socialização, com o ensino remoto, muitas vezes, ficam esquecidos, sem maiores oportunidades de integração, isso reduz o sentimento de pertencimento e pode criar, ainda, uma sensação de estar sozinho no contexto escolar.

Além disso, situações de incivilidade podem ocorrer de forma mais sutil no contexto on-line, de modo que o respeito entre os pares pode diminuir devido à facilidade de se adotar posturas agressivas e preconceituosas quando o adolescente tem a sensação de estar anônimo, uma vez que, nesse estado, ele sente-se seguro de qualquer possibilidade de intervenção ou punição individual.

Esse tipo de prática pejorativa já é comumente observada no ambiente on-line fora do meio educacional, por exemplo, em redes sociais. Apesar de não haver um completo anonimato na sala de aula virtual, ainda assim, o adolescente sente que está isento de julgamentos e, muitas vezes, não consegue perceber as consequências que pode gerar para si e para o próximo ao adotar comportamentos indesejados.

Nesse contexto, aos professores, devido aos seus conhecimentos e à sua experiência, são atribuídos socialmente responsabilidades e deveres que lhes permitem, inclusive, avaliar o comportamento dos alunos e alunas e utilizar da autoridade da função para exigir o cumprimento das regras e normas sociais. (ARAÚJO, 2000).

DESAFIOS DO COMPORTAMENTO MORAL E A MODALIDADE DE ENSINO ON-LINE

O desafio que enfrentamos na modalidade on-line se dá em manter o referencial de respeito enquanto o aluno está assistindo as aulas no ambiente doméstico, pois o aluno pode acabar perdendo a sintonia com o ambiente escolar e deixar de perceber a necessidade de aplicação de regras e respeito às autoridades escolares como professores, pedagogos e diretores.

A falta de maturidade para perceber as consequências sociais que determinadas atitudes de incivilidade podem causar, seja no prejuízo aos colegas e professores, seja em relação ao isolamento que o próprio agressor pode sofrer devido ao julgamento dos colegas, dificulta a avaliação por parte do adolescente sobre a qualidade do modo como ele está se relacionando no ambiente virtual, e isso se agrava quando ainda há uma ausência de percepção de autoridade.

Foucault (2014) articula que a humanidade desenvolveu estruturas sociais e geográficas que visam disciplinar o indivíduo por meio da coerção. Para o filósofo, é devido à hierarquia de poder bem estabelecida e um ambiente precisamente pensado para facilitar o controle de grupos de indivíduos que se é possível educar todas as pessoas em um mesmo grau. Esse modelo, primeiramente aplicado às prisões, seria então incorporado à escola, dessa forma, evitando casos de insubordinação que, no caso, seria chamada de delinquência, preguiça ou déficit.

E é justamente para que as estruturas de poder deixem de ser coercivas e possam ser transformadas em estruturas de

conexões, com desenvolvimento de relacionamentos sadios e respeitosos, evitando comportamentos agressivos, e despertando a vontade própria do indivíduo em relacionar-se amigavelmente, que destacamos a importância do desenvolvimento de projetos de intervenção que contemplem a formação moral e ética.

Por meio de uma intervenção elaborada e que promova o protagonismo do aluno no desenvolvimento de seu projeto de vida boa, é possível construir pontes para um novo modelo de relacionamento com as autoridades e com as normas, de modo que o indivíduo escolha pela adesão às normas como uma expressão da sua liberdade e não como um ato de coerção.

Segundo Moreno (1997), inserir transversalmente na estrutura curricular escolar temas como saúde, ética, meio ambiente, respeito às diferenças, igualdade de oportunidades e outros é uma excelente possibilidade para apresentar ao educando não apenas a educação formal, mas também a construção de sua personalidade moral, autônoma e crítica.

No ambiente on-line, os professores têm mais dificuldade de administrar a sala de aula e atender as expectativas do aluno, que pode se sentir pouco assistido, seja no contexto da aprendizagem, como na mediação entre os relacionamentos. Tendo isso em vista, o presente texto sugere que, em sua prática pedagógica, o professor aborde assuntos fundamentais para a formação de valores morais nos alunos, construindo reflexões de forma interativa e como parte integrante das próprias aulas de conteúdo, bastando separar um tempo hábil para promover as discussões.

ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO MORAL E ÉTICO

Para elaborar um projeto de intervenção para a promoção do desenvolvimento moral e ético é necessário considerar um tempo para a sua aplicação, a fim de possibilitar uma etapa posterior de avaliação sobre os resultados alcançados naquele período. Contudo, o tempo de aplicação do projeto não delimita

o alcance das práticas propostas, uma vez que visa oferecer, na experiência que será vivida dia a dia, as ferramentas necessárias para que os professores desenvolvam estratégias para lidar com situação de incivilidade e as repliquem ao longo do tempo no ambiente escolar e em diferentes contextos, além de oferecer ao estudante as ferramentas básicas para que ele se perceba protagonista na construção de seu projeto de vida boa e isso inclui, também, seu processo escolar e de aprendizagem.

A adoção de um projeto de intervenção por parte das escolas pode motivar a transformação dos agentes envolvidos, uma vez que, segundo Saviani (2013, p. 6):

A natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (SAVIANI, 2013, p. 06).

Em se tratando de educação, o mais importante não é delimitar um ponto específico de chegada, mas, sim, alcançar o maior ganho possível durante a jornada de aprendizagem dos envolvidos. E por isso a flexibilidade e possibilidade de ajustes é fundamental para desenvolver melhorias constantes. Para tal, propõem-se a realização de coleta de *feedbacks* dos envolvidos na execução do projeto ao longo de todo o processo.

O ENVOLVIMENTO DO ALUNO, DAS FAMÍLIAS E DA ESCOLA

Um projeto que tenha como alvo o desenvolvimento moral e ético dos seres humanos não pode ser considerado isoladamente, apenas com o envolvimento do próprio indivíduo, no caso, o aluno. Por isso, sugerimos o envolvimento de outros agentes envolvidos na formação do estudante, a saber: coordenação escolar, professores e famílias.

Contar com o apoio da coordenação da escola antes, durante e após a realização desse projeto é fundamental, inclusive, para que se compreenda a aplicação desse projeto com questões éticas como uma das disciplinas, conforme sugere La Taille (2009). Cabe também à coordenação da escola propor um momento para conscientizar os pais da importância da educação em valores morais e orientá-los quanto às suas funções específicas, principalmente no contexto do ensino a distância.

Aos professores, compete separar um momento de suas aulas para aplicar as atividades propostas, mediando as relações de aprendizado dos alunos, bem como as relações aluno-aluno, com o objetivo de proporcionar o florescimento dos valores aprendidos e orientar quando não houver o cumprimento deles.

Os alunos precisam estar presentes e motivados a participar ativamente das atividades propostas, com o objetivo de praticar o que tem sido aprendido e perceber a construção de sua mentalidade moral e de seu projeto de vida boa ao longo das interações. E para isso, grande valia terá a atuação dos familiares no sentido de estimular os estudantes a participarem, além colaborar com possíveis dificuldades técnicas do ambiente virtual, fazendo com que os alunos estejam presentes e concentrados na sala de aula virtual. Além disso, os familiares podem estender os valores aprendidos para os demais ambientes que o aluno participa.

ABORDAGEM DIDÁTICO-METODOLÓGICA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

O objetivo geral do desenvolvimento e aplicação de um projeto de intervenção, deve estar alinhado ao de estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento moral e intelectual do estudante e, para isso, é possível lançar mão de atividades de escrita, leitura direcionada e debates mediados (sem uma imposição de hierarquia). Além de discussões de dilemas, a fim de estimular reflexões, exercícios de *role-playing* e assembleias.

Contudo, selecionar temáticas relevantes e estabelecer um modo de interação que seja coerente em ambiente virtual pode

ser um desafio para muitos professores. Por isso, sugerimos que os educadores considerem pesquisar e conhecer ferramentas on-line que poderão ser utilizadas como recursos didáticos no momento de aplicação do projeto com os alunos.

Como exemplo de aplicativos e plataformas que podem ser utilizadas, temos: *Google Forms*, *Mentimeter*, *Padlet*, *Miro*, *Canva*, *Tumblr*, além de outros aplicativos de aprendizagem e recursos como lousa digital, apresentação de *slides*, vídeos curtos, *gifs* e imagens.

Considerando a utilização dos recursos tecnológicos necessários para promover interação e convergência com ambiente digital, propomos algumas diretrizes para auxiliar na construção de um Projeto de Desenvolvimento Moral em três etapas.

ETAPA 1 - PREPARAÇÃO PARA A JORNADA: APRESENTAÇÃO DO PROJETO E TREINAMENTO DE PROFESSORES

Para que um projeto alcance o objetivo transformador pelo qual se propõe é necessário capacitar os agentes envolvidos, com destaque para a atuação fundamental que será desenvolvida pelo professor que se comprometerá diretamente na mediação de diálogos, possíveis conflitos e diversas situações complexas que envolvem a formação e o desenvolvimento moral do aluno. Por isso, a preparação para a jornada que será vivenciada é fundamental e deve ser elaborada e executada criteriosamente.

Pereira (2011, p. 69) destaca que

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto, exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos. (PEREIRA, 2011, p. 69).

Assim, a Etapa de Preparação para a Jornada visa treinar e habilitar os professores para o alcance dos seguintes objetivos específicos, conforme sugerido por Serrano (2002):

- a) Ajudar os alunos a desenvolverem o próprio pensamento moral e alcançarem as próprias conclusões sobre critérios morais;
- b) Manifestar respeito com a verdade, sendo necessário desenvolver não apenas o conhecimento, mas também a compreensão e a consciência crítica;
- c) Propor, além do desenvolvimento da capacidade intelectual, o desenvolvimento de outras qualidades emocionais ou afetivas, já que a pessoa educada moralmente deve chegar a valorizar a conduta moral, reconhecer sua importância e comprometer-se com ela.

ETAPA 2 - ESTAMOS TODOS NO MESMO BARCO: PROMOVER DISCUSSÕES PARA O CONHECIMENTO DE SI E DO PRÓXIMO

Para que seja possível entender que “estamos todos no mesmo barco” é necessário tomar consciência de nossa condição enquanto seres humanos, portanto, seres sociais, cujas relações têm impacto determinante em nossa construção e desenvolvimento. E para estimularmos esse entendimento por parte dos adolescentes é necessário ampliar o repertório de conhecimento sobre inteligência e trabalharmos também no campo da Inteligência Emocional.

Segundo Goleman (2012), uma das principais características da inteligência emocional é a autoconsciência. Somente partindo da autoconsciência é possível adotar posturas que colaborem para a construção de um projeto de vida boa e estabelecer relações saudáveis com os demais indivíduos e, também, com o ambiente, pois nos permite identificar e abrir mão das atitudes defensivas como: minimizar os fatos; excluir informações cruciais; racionalizar ou encontrar boas desculpas que nos afastem de nossa verdade emocional.

Nessa etapa, indicamos a realização de dinâmicas, já que são aplicáveis independentemente do nível intelectual do público ao qual ele se volta, uma vez que “A Inteligência Emocional pode ser aprendida, desenvolvida e aperfeiçoada ao longo da vida com as experiências acumuladas, diferentemente do QI que não muda muito após a adolescência.” (GOLEMAN, 2012, p. 23). O professor poderá pesquisar dinâmicas que já existem ou desenvolver as próprias dinâmicas, utilizando trechos de filmes, imagens, quadros, histórias, depoimentos dos próprios alunos etc.

Segundo Mayer & Salovey (1997), pode-se definir a Inteligência Emocional como a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções, assim como de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento, a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional e, por fim, a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual. E desenvolver tal potencialidade serão os objetivos específicos dessa etapa.

ETAPA 3 - O BOM MARINHEIRO SE FAZ NA TEMPESTADE: PROMOVENDO CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DO AMBIENTE DA SALA DE AULA VIRTUAL

As escolas, inevitavelmente, influenciam de modo relevante a formação das crianças e jovens. Seja na modalidade de ensino presencial ou remoto, quanto mais o ambiente ofertado for cooperativo, maior o desenvolvimento da autonomia e quanto mais autoritário, maiores os níveis de heteronomia. (TOGNETTA; VINHA, 2007). La Taille (2001) ressalta que a pessoa é moralmente autônoma se, apesar das mudanças em seu contexto e da presença das pressões sociais, ela permanece, na prática, fiel aos seus valores e aos seus princípios de ação.

Será que todos os nossos alunos têm permanecido fiéis aos seus valores e seus princípios de ação nas mais diversas situações que o ensino remoto pode proporcionar? É em um

mar tempestuoso que se faz o bom marinheiro! E é a partir desse questionamento que convidamos os professores a desenvolverem reflexões e práticas que proporcionem uma melhoria na qualidade da jornada em meio a esse mar tempestuoso que é o ambiente remoto.

Assim, é possível utilizar de todas essas circunstâncias para nos fazermos e refazermos enquanto educadores, buscando orientar os estudantes a lidarem, da melhor forma possível, com as situações mais adversas. Para tal, é estratégia promover atividades que os convidem a refletir a respeito dos contextos do ambiente on-line, os perigos e riscos que a internet proporciona, como o *cyberbullying*, e ainda os desafios do próprio docente em agregar os estudantes e conquistar a colaboração em sala de aula, e, para isso, exercícios de *rolling player* costumam ser eficazes.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO

As práticas e conhecimentos pedagógicos adotados têm como finalidade a construção do indivíduo. Ou seja, o ensino não só por meio do conteúdo transmitido do livro, mas também do ambiente social no qual o aluno está inserido, conceito abordado por Vygotsky (1998) ao concluir que o ser humano se significa por meio da sociedade que o rodeia, ou seja, a interação social faz parte do processo de aprendizagem como um todo.

Logo, conforme ensina Piaget (2020), a questão primordial é saber quais são as disponibilidades do estudante e trabalhar a partir delas. Nesse sentido, não iremos impor, por meio da autoridade, aquilo que o estudante pode descobrir por si mesmo, colaborando, inclusive, para o próprio amadurecimento.

A técnica de ensino propõe a realização de atividades de escrita, leitura direcionada e debates mediados, mas sem uma imposição de hierarquia. Discussões de dilemas, a fim de estimular reflexões, exercícios de *role-playing* e assembleias, adotando um caráter lúdico nas atividades.

Segundo Roloff (2009), o lúdico pode agregar à aula um instante de felicidade, independentemente da faixa etária, acrescentando leveza à rotina escolar e fazendo com que o aluno registre melhor os ensinamentos que lhe chegam e de forma mais significativa.

Especialmente na adolescência, a ludicidade pode ser utilizada a fim de deixar o aluno adolescente “em estado de alerta”, além de ajudar a trabalhar questões como depressão, agressão, frustração, aceitação e aprovação pelo grupo. Compreendemos que a ludicidade é essencial para um ensino dinâmico e prazeroso. Sendo assim, é necessário desenvolver atividades embasadas no aprendizado lúdico.

Todavia, as aulas lúdicas devem ser bem elaboradas, com orientações definidas e objetivos específicos. Se o professor apenas “brincar” com esses alunos não transmitirá conteúdo e, possivelmente, perderá o rumo da aula. (ROLOFF, 2009).

RESULTADOS ESPERADOS COM A APLICAÇÃO DO PROJETO

Ao desenvolver um projeto de intervenção para o desenvolvimento moral e ético, sugerimos ao professor ou instituição que busque adesão de, no mínimo, 90% da turma na realização de cada atividade proposta, a fim de reduzir em pelo menos 80% a incidência de posturas de incivilidade durante o período de realização do projeto e alcançar 100% de adesão dos professores coordenadores, de modo que esses educadores se sintam capacitados a realizar intervenções e propor novas soluções no decorrer do ano, mesmo após o projeto ter se finalizado. Pois as práticas podem e devem permanecer e, quando são incorporadas à própria cultura da instituição educacional, ao longo do tempo, tornam-se grandes legados.

DISCUSSÃO

A pandemia de Covid-19 restringiu os canais de comunicação/informação aos meios virtuais, em praticamente todos os

aspectos da vida do cidadão brasileiro. Educação, comunicação e informação sempre foram direitos intimamente relacionados, contudo, a pandemia de Coronavírus tornou a relação entre esses direitos uma relação de extrema dependência. O direito à informação sempre pôde ser legitimado de diversas formas, porém, atualmente, o meio virtual tem sido quase a única forma de comunicação, de acesso à informação e até mesmo de interação social. Sendo assim, as escolas precisaram se adaptar aos novos ditames sociais impostos pela pandemia de Covid-19. (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020).

Educar, seja de forma presencial ou remota, não significa apenas repassar informações ou apontar um caminho a trilhar que o professor julga ser o correto. Educar é auxiliar o educando a tomar consciência de si, dos outros e da sociedade em que vive, bem como de seu papel dentro dela. É saber aceitar-se como pessoa e, principalmente, aceitar o próximo com seus defeitos e qualidades. É, também, oferecer diversas ferramentas para que a pessoa possa escolher o próprio caminho, dentre muitos. Determinar aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. (DE PAULA; FARIA, 2010).

Portanto, a escola deve ser um espaço que zela pelas relações. Cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, também é um lugar de representações sociais. Como instituição social, ela tem colaborado tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Em uma visão transformadora, ela apresenta um papel essencialmente crítico e criativo. (GADOTTI, 2007).

É certo que a família tem seu importante papel na formação moral das crianças e dos adolescentes, notadamente porque os pais costumam representar, aos olhos dos seus filhos, figuras influenciadoras em diversos domínios, dentre os quais, a moralidade (LA TAILLE, 2009). Porém, o que sustenta essa

proposta de projeto é justamente a necessidade do envolvimento da escola na formação dos alunos.

Segundo Durkheim (1974), a escola deve participar da educação moral de seus alunos, pois tal atributo encontra-se em uma de suas funções definidas constitucionalmente: a de formar cidadãos. Segundo o capítulo III, do artigo 205 da Constituição do Brasil: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

Lembrando essa atribuição inevitável das instituições educacionais, deve-se observar que não há preparo possível da pessoa para o exercício da cidadania, excluindo a educação moral. Ser cidadão, usufruindo de direitos civis, sociais e políticos e assumindo deveres para com o Estado e sociedade, transcende, é claro, a dimensão moral, porém a inclui. Logo, é incabível considerar que a escola poderia delegar exclusivamente à família um item educacional que lhe cabe de direito e “de dever”. Em outras palavras, não há razão para se afirmar que a educação moral não é atribuição da escola e, se não for, nem a formação de cidadãos seria. (LA TAILLE, 2009).

Porém, infelizmente, tem-se a clara impressão de que muitas escolas aceitam a tarefa de qualificar os alunos para o mundo do trabalho, mas relutam em assumir seu papel no que se refere à cidadania. Essas escolas estão, na prática, faltando com suas obrigações cívicas e devem, portanto, e com urgência, corrigir sua trajetória educacional e participar da formação de cidadãos. (LA TAILLE, 2009). É necessário que as escolas deixem de “treinar” seus alunos para que sejam futuros “vencedores” por meio de incentivo à competitividade e à frieza afetiva em relação ao próximo (LA TAILLE, 2009). Aliás, a afetividade é um elemento essencial na vida humana, além de uma grande aliada da aprendizagem.

Segundo Sarnoski (2014), a afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa de que o ser humano pode participar, é uma mistura de todos os sentimentos como: amor, motivação, ciúme, raiva e outros. Aprender a cuidar adequadamente de todas as emoções é o que vai proporcionar ao sujeito uma vida emocional plena e equilibrada. Tendo em vista que todo processo de educação significa também a constituição de um sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Gadotti (2007), a escola é um local que não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha, pois ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela é dependente da sociedade e, para se transformar, depende também das relações que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade e com a população.

Nestas considerações finais, evidenciamos que a escola não chega a lugar algum sem a sociedade. Ela representa os professores e alunos, funcionários e diretores que a mantém. Buscar a mudança e a constante melhoria depende, primeiramente, do compromisso das pessoas que a frequentam e a constroem pouco a pouco, dia após dia.

Trabalhar a educação moral é uma atribuição íntima e diretamente relacionada às escolas. Sendo essas instituições responsáveis por formar a sociedade, pois proporcionar aos seus alunos momentos de estudos e reflexões acerca da moralidade é um atributo que nunca se deve negligenciar. O presente artigo buscou evidenciar maneiras intuitivas e dinâmicas de trabalhar a educação moral na escola, buscando formas de manter esse compromisso social mesmo em meio aos desafios do ensino remoto e aos desafios que a tecnologia traz consigo.

Afinal, onde existem desafios, existem oportunidades de aprimoramento e evolução. Estamos, mais do que nunca, vivendo

a era da tecnologia. A tecnologia está cada vez mais presente no nosso dia a dia e não abranger a tecnologia na educação e no ambiente escolar é “remar contra a maré”.

Finalizamos exaltando a escola como o lugar bonito que é, o lugar cheio de vida. Seja ela uma escola com todas as condições de trabalho, seja ela uma escola onde falta tudo. Mesmo faltando tudo, nela existe o essencial: gente. Professores e alunos, funcionários, diretores. Todos buscando fazer o que lhes parece melhor. Nem sempre se tem êxito na primeira tentativa, mas o importante é nunca deixar de tentar (GADOTTI, 2007). E este texto encoraja professores e escolas a desenvolverem os próprios projetos para o desenvolvimento moral como forma de melhorar os valores trabalhados na escola; melhorar a educação moral que os alunos têm como direito e melhorar o futuro, trazendo à nossa sociedade cidadãos éticos e dispostos a respeitar o próximo e o ambiente comum.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 91-107, dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-9702200000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, C. A; FERREIRA, V. A.; BARBOSA, F. C. G. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo, Brasília**, v. 7, n. 22, ago. 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929/554>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

DE PAULA, S. R; FARIA, A. de. Afetividade na Aprendizagem. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. São Roque, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdfs/sandra.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 42. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DURKHEIM, E. . **L'Education Morale**. Paris: PUF. 1974.

GADOTTI, M. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LA TAILLE, Y. de. Autonomia e identidade. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, Brasília, v. 35, p. 16-18, 2001.

LA TAILLE, Y. de. **Formação Ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MAYER, J. D. & SALOVEY, P. What is emotional intelligence? Em P. Salovey & D. J. Sluyter (orgs.). **Emotional development and emotional intelligence: Implications for Educators**. New York: Basic Books. 1997.

MORENO, M. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. *In*: BUS-QUETS, M.D. *et al.* **Temas transversais em educação**. São Paulo: Ática, 1997.

PEREIRA, C. J. T. **A Formação do Professor Alfabetizador**: desafios e possibilidades na construção da prática docente. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2011. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51763>>. Acesso em: 23 set. 2022.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. 4. ed. Tradução: E. Leonardon PRA-LON, E. A pandemia com reflexo no clima das instituições educacionais: instabilidade e o acentuado índice de incivildades nas relações. **Cadernos de Educação**. São Paulo, v. 19, n. 38, jan.-jun., 2020. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/10535/7285>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ROLOFF, E. M. **A importância do lúdico em sala de aula**. *In*: X Semana de Letras da PUCRS, 2009, Porto Alegre. EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/anais/Xsemanadeletras/comunicacoes/Eleana-Margarete-Roloff.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SARNOSKI, E. A. Afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Revista de Educação do IDEAU**. Rio Grande do Sul, v. 9, n. 20, jul.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.caxias.idea.u.br/wp-content/files_mf/0591228939ab3bddbe3d293fc78a6251223_1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013

SERRANO, G. P. **Educação em valores: como educar para a democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.